



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO
Fundada em 31 de Maio de 1924



ELO ASSOCIATIVO



CONGRESSO ORDINÁRIO ELEITORAL CPCCRD

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E AFIRMAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO



**JORGE FELICIANO***Presidente da Direção***SUMÁRIO**

P 2

PRESIDENTE DA DIREÇÃO

– JORGE FELICIANO

P 4

PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO

– MANUEL MOREIRA

P 6-7-8

ARTIGOS DE OPINIÃO

– ROGÉRIO ALMEIDA

– VÍCTOR CARAPINHA

– SOFIA SOARES

P 9

SAUDAÇÃO 50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

– LAURINDA FIGUEIRAS

P 10

SAUDAÇÃO ANO INTERNACIONAL DOS VOLUNTÁRIOS 2026

– MANUEL MOREIRA

P 14

SAUDAÇÃO ÀS COLECTIVIDADES

– ROGÉRIO ALMEIDA

P 14

REFLEXÃO

– SAMPAIO DA NÓVOA

P 16

PRESENTE E FUTURO

– AUGUSTO FLOR

P 19

SOBRE TIRAR OS OLHOS DA PONTA DOS SAPATOS

– RICARDO SANTOS

P 20-21

INTERVENÇÃO

– ARTUR BOTÃO

– CRISTINA CARAPINHA

– VIVA O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E POPULAR

P 23

– SAUDAÇÃO - MURPI

P 24

– NOTA INFORMATIVA

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE

Permitam-me daqui enviar um abraço fraterno a todos os delegados e convidados que muito nos honram com a sua presença e que, com os seus contributos e intervenções, prestigiam grandemente o nosso Congresso e, dessa forma, a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto e, por seu intermédio, todo o Movimento Associativo e Popular.

Estamos perto do final do nosso Congresso, mas o que aqui encerramos é apenas o início de um novo capítulo na afirmação do Movimento Associativo e Popular e da Voz da sua Confederação que nunca deixou de ser prosseguido ao longo da sua entusiasmante história.

O plano estratégico 2026-2030, que hoje discutimos e validamos, não é apenas mais um documento; é antes um guia para a nossa acção que será naturalmente desenvolvido nos planos anuais de actividades e na nossa acção do dia-a-dia.

A sua concretização depende do empenhamento de cada Dirigente, da cooperação institucional entre órgãos, respeitando a separação de poderes, na colaboração das Estruturas Descentralizadas e dedicação dos Trabalhadores, mas também da vontade política dos poderes instituídos.

O Movimento Associativo e Popular é simultaneamente um construtor e um pilar da democracia portuguesa. Quando as portas de uma colectividade se abrem, não estamos apenas a oferecer desporto, cultura ou recreio. Estamos a construir o país que queremos: um país de participação popular, de um povo emancipado, solidário, que, em liberdade, defende os seus interesses.

E para que esse futuro aconteça e amadureça, a nossa Confederação tem um papel de enorme relevância enquanto Voz dos interesses do Movimento Associativo e Popular, dos seus associados e dirigentes.

Mas essa Voz só é forte e autónoma se viver num corpo também forte e saudável. Precisamos de um corpo coeso e sustentado.

Desta forma, a Campanha Nacional de Filiação e o reforço da articulação com as estruturas descentralizadas da Confederação são dois objetivos que precisamos encontrar a forma de atingir. ■



Por outro lado, não há autonomia política, nem corpo saudável, nem Voz forte, sem independência financeira. Temos mesmo de conseguir aumentar fortemente as receitas ordinárias, ou seja, as receitas provenientes das quotizações, sob pena de pormos em causa o futuro da Confederação.

Em tempos de degradação democrática, de normalização vil da guerra e suas consequências (morte, destruição e aumento do custo de vida), a vasta promoção do individualismo e de ideias retrógradas que pretendem criar falsas divisões no seio do povo - o chamado dividir para reinar - traz também consigo a ideia que os valores associativos são algo ultrapassado, que já não farão grande sentido nos nossos tempos.

Nada mais falso porém: se há algo na natureza humana que sempre determinou a sua evolução positiva enquanto colectividade foi a capacidade do ser humano associar-se a outros seres humanos, de se unirem em torno de objetivos comuns de bem-estar. Quanto mais rica, abrangente e diversificada é a capacidade associativa de determinada sociedade, quanto mais numerosa é a participação de seres humanos nessa construção, maior qualidade de vida essa sociedade recolhe também para todos.

Quando essa capacidade associativa é limitada e minorizada por interesses exteriores ao supremo interesse colectivo, menos qualidade de vida essa sociedade recolhe para o colectivo humano que a compõe.

Daí que grande parte dos problemas que o Movimento Associativo e Popular enfrenta, não são problemas por si criados. São antes problemas que têm vindo a ser criados por quem não tem como objectivo o bem-estar colectivo.

E se grande parte destes problemas não foram criados pelo Movimento Associativo e Popular, cabe a ele - não só mas também - encontrar, como sempre encontrou, respostas que ajudem o nosso país a encontrar o rumo de desenvolvimento democrático, de progresso económico, social e cultural, profundamente ligado às aspirações do nosso povo, de transformação, emancipação e liberdade, onde os valores de Abril consagrados na Constituição da República Portuguesa tenham cumprimento.

Finalmente, uma palavra sobre a eleição dos corpos sociais da Confederação.



Antes demais deixar uma saudação a todos os dirigentes, que por motivos vários, deixaram agora de fazer parte dos corpos sociais, mas que desenvolveram com grande dedicação as suas tarefas.

Entre eles, gostaria de deixar uma saudação particular ao João Bernardino, o nosso presidente cessante, um exemplo de disponibilidade e capacidade, para quem pedia o vosso aplauso.

E para fechar, uma enorme saudação a todos os dirigentes eleitos que hoje iniciam um novo mandato, a quem deixamos votos de um grande trabalho em prol do associativismo em Portugal. ■

Viva o Movimento Associativo e Popular!
Viva a Confederação Portuguesa das
Colectividades de Cultura Recreio e Desporto!

FICHA TÉCNICA

ELO ASSOCIATIVO

Propriedade CPCCRD
Rua da Palma, 248
1100-394 Lisboa

Tel: 218 882 619 / 916 841 315
Fax: 218 882 866
geral@cpccrd.pt
www.facebook.com/confederacao.colectividades
www.confederacaoportuguesa.colectividades.blogspot.com
www.cpccrd.pt

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.

Arranjo gráfico:
Adérito Machado

**MANUEL MOREIRA**

*Presidente da Mesa do
Congresso da CPCCRD*

ENCERRAMENTO DO CONGRESSO DA CPCCRD

Caros Congressistas,
Caros Convidados,

Realizamos hoje o Congresso da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, reunião magna da nossa Instituição e um momento marcante da nossa história de 102 anos de existência.

No Congresso fizemos uma reflexão e debate sobre o Movimento Associativo Popular em Portugal e decidimos o Programa de Ação para o mandato 2026/2030 e procedemos à eleição dos Órgãos Sociais da nossa Confederação.

Começo por agradecer ao Presidente da Direção cessante, João Bernardino, todo o empenho, dedicação e trabalho realizado em prol da nossa Confederação e valorização do Movimento Associativo Popular.

Agradeço igualmente a confiança dos Delegados ao Congresso das nossas Filiadas, na eleição dos novos Órgãos Sociais e felicito o novo Presidente da Direção, Jorge Feliciano, com o qual também se verifica uma mudança de geração.

Caros Congressistas,

Em 2024 celebramos os 50 anos do 25 de Abril de 1974, o qual para além da reconquista da liberdade e da democracia em Portugal, foi fundamental para o incremento e dinamização de novas Coletividades e Associações, ao longo de todo o País.

Também nesse ano, celebramos os 100 anos da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizando no dia 25 de Maio, em Setúbal, o Congresso do Centenário, para assinalar com toda a dignidade essa efeméride.

Em 2026 celebramos os 50 anos da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de Abril de 1976, pela Assembleia Constituinte, lei fundamental, que consagrou a liberdade de Associação dos cidadãos, que como já disse, permitiu um grande incremento do Associativismo em Portugal, proporcionando o exercício ativo da cidadania a tantos Portugueses. Tendo por isso, o Congresso aprovado por unanimidade uma saudação aos 50 anos da Constituição da República Portuguesa.

Também celebramos em 2026, os 50 anos do Poder Local, ano das primeiras eleições autárquicas, realizadas em 12 de Dezembro de 1976, sendo uma das grandes conquistas do 25 de Abril, a par da liberdade e da democracia e que muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento local e do todo nacional.

Temos que continuar a afirmar o Movimento Associativo Popular em Portugal.

Todos temos uma responsabilidade social, continuar a fazer de Portugal, um País mais justo, solidário, desenvolvido e moderno, proporcionando mais igualdade de oportunidades a todos os Portugueses, para a qualidade e dignidade da sua vida. Este continua a ser o desígnio e a missão de todos os Portugueses.

O Movimento Associativo Popular é um parceiro estratégico da afirmação, da promoção, do progresso e do desenvolvimento das comunidades locais e do todo nacional, que é Portugal.

Daí, como tenho defendido, deve existir uma verdadeira parceria estratégica, entre o Poder Local administrativo e o Poder Local associativo. Porque as Coletividades e as Associações, também são Poder Local, porque promovem políticas públicas, como a cultura, o recreio, o desporto, a ação social e humanitária. Por isso, se justifica que nos 308 Municípios do País, exista um Conselho Municipal do Associativismo, para ajudar a definir a estratégia associativa em cada Município.

Continuo a pensar que faz sentido a trilogia dos valores – Liberdade, Igualdade e Fraternidade – que inspirou a Revolução Francesa. Estes valores continuam, muito atuais, num tempo em que o mundo está perigoso, muito perigoso e instável e por isso, precisa de paz e segurança, para bem da humanidade.

Caros Congressistas,

Cumpre-nos continuar a fazer este caminho de renovação e modernização do Movimento Associativo Popular, porque queremos e merecemos ser um Associativismo do Século XXI, atraindo mais jovens e mulheres para participarem ativamente nas nossas Coletividades ao longo de todo o País, apostando também na formação dos Dirigentes Associativos e dos Associativistas em geral.

As Coletividades são verdadeiras escolas de cidadania e de democracia.

Em Portugal a grande maioria dos Dirigentes das Coletividades e Associações exercem as suas funções de forma totalmente voluntária e por isso, apresentei ao Congresso que aprovou por unanimidade, uma saudação ao Ano Internacional dos Voluntários 2026, referindo igualmente que Vila Nova de Gaia é este ano a Capital Portuguesa do Voluntariado. Somos, por isso, homens e mulheres que dedicamos tempo, conhecimento e responsabilidade à gestão das Instituições que servem milhões de pessoas.

O futuro do Movimento Associativo e dos seus Dirigentes depende essencialmente do seu reconhecimento e valorização por parte dos poderes públicos centrais, regionais e locais, de um quadro legal apropriado e do estabelecimento de parcerias com base no respeito mútuo.

O Congresso também aprovou por unanimidade uma saudação às Coletividades e Associações de todo o País e aos seus Dirigentes, Voluntários e Associados, que dão vida ao Movimento Associativo Popular.

Ficou decidido no nosso Programa de Ação para o novo mandato que vamos iniciar, o lançamento de uma Campanha Nacional de Filiação e de criação de Estruturas onde ainda não existam, para fortalecermos a nossa Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e o Movimento Associativo Popular.

Sugiro à nova Direção da Confederação, que na medida do possível vão ao encontro das Coletividades e Associações, nos Distritos e Regiões Autónomas, realizando reuniões descentralizadas com as Filiadas e não Filiadas, para ajudar a concretizar os objetivos atrás enunciados.

Termino agradecendo a todos a vossa presença e participação no nosso Congresso e desejando um bom regresso às vossas casas e Coletividades. ■



Viva a Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto.
Viva o Movimento Associativo Popular.

**ROGÉRIO ALMEIDA**

*Vice-Presidente da Direção
da CPCCRD*

ASSOCIATIVISMO: ENTRE DESAFIOS REAIS E UM FUTURO QUE TEMOS DE CONSTRUIR

O Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, realizado a 21 de março de 2026, foi mais do que um momento estatutário. Foi, sobretudo, um momento de reflexão sobre aquilo que somos – e sobre aquilo que queremos ser enquanto Movimento Associativo Popular.

E a primeira constatação é simples: o associativismo continua vivo.

Vivo nas colectividades, nos dirigentes, nos voluntários, nas comunidades. Vivo no trabalho diário, muitas vezes silencioso, de milhares de pessoas que garantem atividades culturais, recreativas e desportivas em todo o país.

Mas também é verdade que enfrentamos desafios que não podemos ignorar.

As dificuldades financeiras, a falta de dirigentes, a necessidade de envolver os mais jovens e um contexto social cada vez mais exigente colocam pressão sobre as colectividades. E colocam também uma responsabilidade acrescida sobre a Confederação.

Há uma pergunta que, na minha opinião, deve orientar este novo ciclo: queremos uma Confederação mais distante... ou verdadeiramente próxima das coletividades?

Porque o risco de afastamento existe. E quando existe, perde-se o essencial: a ligação à realidade concreta de quem faz o associativismo acontecer.

O Programa de Ação 2026–2030 aponta, e bem, para três prioridades claras: afirmar o associativismo, garantir sustentabilidade financeira e reforçar a ligação às colectividades.

Mas importa dizer com clareza: o sucesso deste Programa não estará nas palavras – estará na sua concretização.

E isso leva-nos a outra questão essencial:

queremos uma Confederação que fala sobre o associativismo... ou que resolve problemas concretos das colectividades?

A resposta, para mim, é evidente.

É também por isso que o tema da sustentabilidade financeira assume uma importância central. Não como um fim em si mesmo, mas como condição para agir. Sem autonomia financeira, não há capacidade de apoiar, de formar, de comunicar, de intervir.

Mas essa sustentabilidade tem de ser construída com responsabilidade coletiva. Depende de todos nós – das estruturas, das coletividades, dos dirigentes.

Ao mesmo tempo, há sinais positivos que não devemos ignorar.

O associativismo continua a ter uma enorme capacidade de mobilização. Continua a ser um espaço de participação, de inclusão e de coesão social. Continua, muitas vezes, a dar respostas onde elas fazem mais falta.

E aqui surge outra pergunta decisiva: estamos a conseguir trazer novas gerações para o associativismo?

Se não estivermos, então estaremos a comprometer o futuro.

Porque o associativismo não se herda – constrói-se. E constrói-se todos os dias, com abertura, com renovação e com capacidade de adaptação.

O Congresso deixou-nos também uma reflexão de fundo: onde queremos que esteja o associativismo português daqui a 10 ou 20 anos?

A resposta não está num documento. Está na forma como trabalharmos a partir de agora.

Está na nossa capacidade de ouvir mais, de mobilizar mais e de fazer melhor.

E está, acima de tudo, na capacidade de colocar sempre as coletividades no centro da nossa ação.

Porque, no fim, é isso que importa.

São as colectividades – com o seu trabalho, a sua dedicação e o seu compromisso – que continuam a ser o verdadeiro coração do associativismo em Portugal.

E é por elas que vale a pena continuar. ■

**VÍCTOR CARAPINHA**

*Vice-Presidente da Direcção
da CPCCRD*

PEÇO A PALAVRA

Hoje peço a palavra para falar da Assembleia Geral, o órgão social das colectividades de cultura, recreio e desporto, considerado o órgão máximo associativo, e que todos os associados conhecem, até porque participam nas suas reuniões, mas que, paradoxalmente, é a área onde se situa a maioria das dúvidas sobre a organização e funcionamento, com pedidos de esclarecimentos por parte dos dirigentes das associações.

Nas colectividades do Movimento Associativo Popular a Assembleia Geral é, de facto, o órgão de expressão da vontade dos associados, com reuniões ordinárias onde são escolhidos os dirigentes e tomadas deliberações sobre planos de actividades e relatórios de contas, bem como reuniões extraordinárias para tratamento de assuntos sobre os quais a assembleia se deva pronunciar.

A convocação e funcionamento da assembleia obedecem a regras previstas na Lei, nos Estatutos e nos Regulamento Internos, podendo haver deliberação associativa sem observância de algumas formalidades prévias, desde que estejam presentes todos os associados e todos concordem.

No caso da Confederação das Colectividades, as competências atribuídas à Assembleia Geral estão distribuídas por dois órgãos estatutários, complementares entre si na capacidade deliberativa e na participação democrática.

O Congresso, na definição regulamentar, é o órgão soberano máximo da CPCCRD, composto pelas associadas efectivas no pleno gozo dos seus direitos estatutários e nele é formada a expressão da vontade geral da Confederação.

O Conselho Nacional é um órgão deliberativo representante de associadas efectivas com sedes em todas as regiões, eleitas directamente, incluindo também participações por inerência de função nas estruturas descentralizadas e da Mesa do Congresso

Ao Congresso compete em exclusivo a eleição dos outros órgãos sociais da Confederação e da respectiva Mesa, a aprovação das opções estratégicas para o mandato de quatro anos, sob a forma de Plano de Acção, e a fixação da quota mínima anual das associadas.

No Congresso do passado dia 21 de Março, depois de aprovada a proposta de fixação de quota mínima, foi dirigido um apelo às colectividades com maior robustez financeira para subscreverem voluntariamente uma quotização de valor superior ao fixado. De imediato, algumas associadas presentes declararam que iriam corresponder ao solicitado, sendo expectável que outras sigam o mesmo exemplo.

Ao Conselho Nacional, por sua vez, compete a aprovação dos documentos instrumentais de gestão corrente, tal como o Plano Anual de Actividades e Orçamento, o Relatório e Contas da Direcção, assim como a análise da realidade associativa nacional, de modo a orientar o trabalho a desenvolver pela CPCCRD a nível concelhio, distrital, regional e nacional.

Compete também ao Conselho Nacional aprovar, por proposta da Direcção, os valores percentuais a entregar às instituições associativas que executem a cobrança das quotas às associadas. A este propósito, o Congresso deliberou recomendar ao órgão executivo que proponha os mecanismos de recebimento e retribuição às federações distritais e associações concelhias

O Congresso e o Conselho Nacional da Confederação têm ainda em comum com a Assembleia Geral da Colectividade o impedimento do exercício de competências atribuídas por Lei ou pelos Estatutos a outros órgãos da Associação.

Congresso, Conselho Nacional e Assembleia Geral são, nas suas instituições, os momentos mais elevados da participação associativa. Se não houver reuniões regulares e participadas desses órgãos não pode haver actividade democrática e a colectividade deixa de ser associação e passa a ser outra coisa qualquer.

Tenho dito! ■

**SOFIA SOARES**

*Vice-Presidente da Direcção
da CPCCRD*

DO NORTE AO CENTRO DO PAÍS

O meu percurso na Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto teve início em 2019, quando assumi funções como Conselheira Nacional, em representação de uma colectividade de Gondomar, a Acgitar. No entanto, o meu envolvimento no Movimento Associativo Popular começou alguns anos antes, já em fase adulta.

Ao contrário do que acontece com muitos dirigentes associativos, cujo percurso se inicia desde cedo, o meu começou em 2012, após concluir uma etapa do meu percurso académico e regressar a casa dos meus pais. Foi nesse contexto que me aproximei da realidade associativa e passei a integrar uma colectividade, descobrindo, na prática, a importância do associativismo enquanto espaço de participação, de construção colectiva e de intervenção cívica.

Desde então, este caminho tem sido feito com um forte sentido de compromisso, mas também com um profundo respeito por todos aqueles que, diariamente e de forma voluntária, dão vida às colectividades e mantêm viva a sua missão.

Em 2022, encontrando-me a viver no centro do país, abracei um novo desafio ao integrar a Direcção da Confederação, em representação de uma colectividade de Viseu, e assumindo por sua vez, a responsabilidade da zona centro. Uma tarefa exigente e de grande responsabilidade, que me proporcionou o privilégio de conhecer de perto inúmeras colectividades, realidades distintas e pessoas extraordinárias que fazem do associativismo um verdadeiro motor de desenvolvimento local e de participação cívica.

Esse contacto directo permitiu-me também compreender de forma mais clara as assimetrias territoriais existentes. Embora todas as colectividades tenham as suas especificidades, é evidente que, na zona centro, muitas enfrentam obstáculos acrescidos. O isolamento geográfico, frequentemente agravado pela escassez de transportes públicos, bem como a falta de oportunidades de emprego – que leva à saída de populações, sobretudo das mais jovens – colocam desafios adicionais à sustentabilidade e dinamização das colectividades. Esta realidade exige uma atenção particular e respostas mais ajustadas, que valorizem o papel destas estruturas nos territórios de menor densidade.

Este percurso reforçou em mim a convicção de que é essencial continuar a dar voz às colectividades, defender as suas condições de actuação e afirmar o seu papel enquanto espaços fundamentais de cultura, recreio, desporto e cidadania.

Em 2026, dou continuidade a este percurso, mantendo-me na Direcção da Confederação, agora em representação de uma colectividade da Figueira da Foz, o Clube Desportivo e Recreativo do Arneiro de Fora, ao qual agradeço, com sentido de responsabilidade e gratidão, a confiança em mim depositada, assumindo este novo ciclo com a determinação de continuar a trabalhar em prol do Movimento Associativo Popular.

Acredito que é através do esforço coletivo, da proximidade e do compromisso que conseguimos fortalecer este movimento e responder aos desafios que se colocam. É nesse espírito que continuarei este caminho – com dedicação, sentido de missão e a convicção de que o associativismo continua a ser uma das maiores forças da nossa sociedade.

Quero, por fim, felicitar a realização do Congresso Electivo da Confederação, no passado dia 21 de março, um momento de grande importância para a vida do Movimento Associativo Popular, saudar os Órgãos Sociais agora eleitos, desejando-lhes um mandato pleno de trabalho, dedicação e sucesso, e deixar uma palavra muito especial de reconhecimento ao Presidente cessante, João Bernardino.

Ao longo do seu percurso, demonstrou uma dedicação ímpar, um profundo sentido de missão e um compromisso genuíno com o Movimento Associativo Popular, que muito contribuíram para o seu fortalecimento. A sua entrega, disponibilidade e forma de estar marcaram todos aqueles que com ele tiveram o privilégio de trabalhar.

Fica, por isso, uma palavra de sincera gratidão e de enorme apreço, não só pelo trabalho desenvolvido, mas também pela dimensão humana que sempre imprimiu à sua acção. ■

**LAURINDA FIGUEIRAS***Vogal da Direção da CPCCRD*

50 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

SAUDAÇÃO

A Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada a 2 de Abril de 1976, e cujo 50.º aniversário agora comemoramos, consagra as grandes conquistas alcançadas com a Revolução de Abril de 1974 que, após 48 anos de ditadura fascista, restituiu a liberdade ao povo português e abriu caminho à construção de um regime democrático assente na vontade popular, na participação cívica e na defesa dos direitos fundamentais.

A Constituição da República Portuguesa traduz os anseios e as conquistas de Abril, consagrando um vasto conjunto de direitos políticos, económicos, sociais e culturais. A igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a não discriminação, as liberdades de expressão, reunião, manifestação, associação, a liberdade sindical e o direito à greve, bem como os direitos à saúde, à educação, ao trabalho com direitos, à segurança social, à cultura e ao desporto, constituem pilares essenciais da democracia portuguesa.

A CRP define igualmente o modo de realização da democracia cultural: "O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais" (artigo 73.º, n.º 3). Pretende-se que o Estado assegure o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em relação, ou colaboração, com o associativismo popular.

Ao longo destes 50 anos, o associativismo popular foi decisivo na melhoria das condições de vida das populações, na promoção da coesão social e territorial e na resolução de problemas locais.

Apesar da sua relevância constitucional e social, o associativismo popular tem sido olímpicamente esquecido por sucessivos Governos. Continuamos à espera da revisão do estatuto fiscal; a aguardar pela atualização do estatuto do dirigente associativo voluntário; do reforço das parcerias público-sociais com o Estado; da criação de um SIMPLEX para o licenciamento de instalações e atividades associativas.

Defender o associativismo popular é garantir o desenvolvimento local, qualidade de vida, coesão social e territorial. É também promover a democracia e os valores democráticos.

Defender o associativismo popular, constitui uma exigência democrática e constitucional.

Assim,

O Congresso Ordinário da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, reunido a 21/03/2026, delibera:

- Saudar o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, bem como as profundas transformações económicas, sociais e culturais promovidas ao longo destas cinco décadas;
- Reafirmar a importância do associativismo popular como pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular e de desenvolvimento local;
- Inscrever a revisão da legislação associativa e o reforço dos apoios ao movimento associativo popular como fatores essenciais para o desenvolvimento e progresso locais e a defesa da cultura e do desporto, cumprindo o que a Constituição da República Portuguesa consagra. ■



SAUDAÇÃO DA CPCCRD AO ANO INTERNACIONAL DOS VOLUNTÁRIOS 2026

MANUEL MOREIRA *Presidente da Mesa do Congresso da CPCCRD*



A Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, reunida no seu Congresso Ordinário, saúda o Ano Internacional dos Voluntários 2026.

O Voluntariado é uma das expressões mais nobres da participação cívica. Em 1997, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução proclamando 2001 como o Ano Internacional dos Voluntários, reconhecendo oficialmente o papel essencial que milhões de pessoas desempenham diariamente em todo o mundo.

Quase três décadas depois, a ONU volta a reforçar esta prioridade global com o lançamento do Ano Internacional dos Voluntários em 2026, apresentado na Assembleia

Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque. A resolução da ONU convida os Estados Membros a integrarem o voluntariado nos seus planos de desenvolvimento e a promoverem campanhas que valorizem a participação ativa dos cidadãos. Ao longo de 2026, Ano Internacional dos Voluntários será acompanhado por mobilizações em vários Países, sublinhando que o Voluntariado, formal ou informal, é essencial para acelerar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A ONU estima que existam cerca de 1 bilião de Voluntários em todo o mundo. Destes, 70% atuam de forma informal, apoiando diretamente as suas comunidades, vizinhos e famílias. Os restantes 30% integram organizações formais, projetos locais, plataformas digitais ou iniciativas internacionais. Independentemente da idade, género ou origem, “voluntariar se é possível para todos”, recorda a referida Organização. Esta força global aproxima gerações, fortalece laços comunitários e responde a desafios humanitários, sociais, culturais, recreativos, desportivos e ambientais, com criatividade e resiliência. É o verdadeiro exercício da cidadania ativa dos cidadãos.

O Voluntariado ao longo da vida

Numa sociedade marcada por desigualdades e carências, os Voluntários, assumem um papel determinante nas diferentes Coletividades e Associações e em todas as fases da vida:

- Na infância, garante apoio a crianças vulneráveis, promovendo acesso à educação, alimentação, cultura e atividades que estimulam o desenvolvimento saudável.
- Na juventude, oferece orientação, acompanhamento e oportunidades que ajudam a construir percursos de vida mais seguros e confiantes.
- Na idade adulta, contribui para apoiar famílias em dificuldades, combater o isolamento social e promover a inclusão.
- Nos seniores, assegura companhia, cuidados básicos, dignidade e presença humana, muitas vezes o bem mais precioso.

Voluntários no terreno e Voluntários na liderança

É fundamental reconhecer que os Voluntários não se limitam à ação direta. Em Portugal, a grande maioria dos Dirigentes das Coletividades e Associações Culturais, Recreativas, Desportivas, Sociais e Humanitárias, exercem as suas funções de forma totalmente voluntária. São homens e mulheres que dedicam tempo, conhecimento e responsabilidade à gestão de Instituições que servem milhões de pessoas.

O seu contributo é decisivo:

- Garantem a sustentabilidade e continuidade das organizações.
- Promovem valores de cidadania, solidariedade e participação comunitária.
- Criam condições para que Equipas Técnicas e Voluntários no terreno possam atuar com eficácia.
- Sustentam atividades culturais, recreativas, desportivas, sociais e humanitárias, que enriquecem a vida das comunidades.

Estes Voluntários na liderança, muitas vezes invisíveis, tem um impacto profundo e duradouro na coesão social.

Um compromisso que transforma

Os Voluntários são um valor estratégico para qualquer sociedade que aspire a ser mais justa, humana e solidária. Eles criam pontes, aproximam pessoas e oferecem respostas onde o Estado e o mercado não chegam.

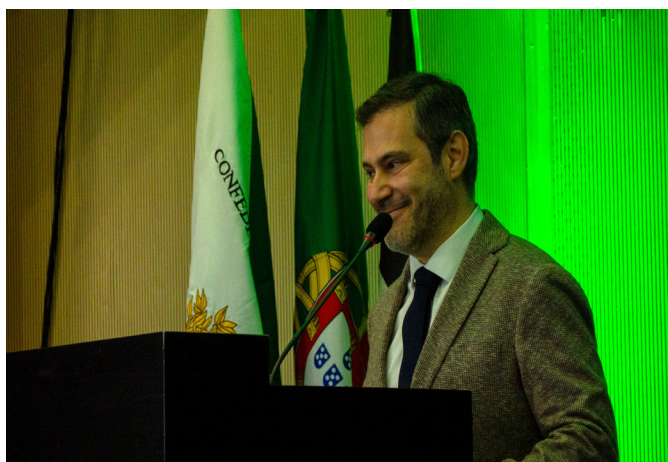
Ao celebrarmos o Ano Internacional dos Voluntários 2026, reforçamos a convicção de que os Voluntários são uma força transformadora, capaz de mudar vidas, fortalecer comunidades e inspirar um futuro mais solidário e humano. Também em 2026, Vila Nova de Gaia é a Capital Portuguesa do Voluntariado.

Assim, cumpre-nos como Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, reconhecer e agradecer a todos os Voluntários a sua dedicação e serviço às nossas Instituições e às Comunidades. ■



O CONGRESSO





SAUDAÇÃO ÀS COLECTIVIDADES E ASSOCIAÇÕES

ROGÉRIO ALMEIDA *Vice-Presidente da Direção da CPCCRD*

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto saúda todas as coletividades e associações que, em todo o país, dão vida ao Movimento Associativo Popular.

Saudamos, de forma muito especial, os milhares de dirigentes, voluntários e associados que, com dedicação e espírito solidário, constroem diariamente respostas concretas para as suas comunidades.

Nas áreas da cultura, do recreio e do desporto, as coletividades continuam a desempenhar um papel insubstituível:

promovem a participação, reforçam a coesão social, combatem o isolamento e criam oportunidades onde muitas vezes elas não existiriam.

Em muitos casos, são as coletividades que asseguram, com esforço e compromisso, respostas que vão além das suas responsabilidades, contribuindo decisivamente para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento das comunidades locais.

Este trabalho, tantas vezes discreto e pouco visível, merece ser reconhecido, valorizado e apoiado.

O Congresso que hoje realizamos é também um momento para reafirmar esse papel e para reforçar o compromisso da Confederação em estar cada vez mais próxima das coletividades, apoiando a sua ação e defendendo os seus interesses.

O futuro do associativismo constrói-se com o trabalho, a dedicação e a participação de todos.

A todas as coletividades e associações, deixamos uma palavra de reconhecimento, confiança e compromisso.

As coletividades são, e continuarão a ser, um dos pilares fundamentais da vida das nossas comunidades. ■



A REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

SAMPAIO DA NÓVOA

A presença do Professor Sampaio da Nóvoa no Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto constituiu um momento de elevada reflexão e grande relevância para todos os participantes.

Numa intervenção centrada na relação entre os direitos humanos e o associativismo popular, o Professor trouxe uma perspetiva atual e desafiante sobre o papel das colectividades no contexto das transformações sociais contemporâneas. Sublinhou a importância de olhar para os direitos humanos não apenas na sua dimensão clássica, mas também à luz dos desafios emergentes que marcam o nosso tempo.

Nesse sentido, destacou a necessidade de reconhecer e afirmar cinco “novos” direitos humanos: os direitos da terra, associados à sustentabilidade ambiental e à preservação do planeta; os direitos digitais, cada vez mais centrais numa sociedade marcada pela tecnologia e pela informação; os direitos da mobilidade, fundamentais para garantir igualdade de acesso e oportunidades; os direitos das diversidades, enquanto expressão do respeito pela pluralidade e pela dignidade humana; e os direitos da longevidade, numa sociedade em que o envelhecimento coloca novos desafios e responsabilidades coletivas.

Esta abordagem reforça a ideia de que o Movimento Associativo Popular tem um papel insubstituível na promoção, defesa e concretização destes direitos, sendo um espaço privilegiado de cidadania ativa, inclusão e participação democrática.

A intervenção ficou ainda marcada por uma referência clara à importância da Paz, enquanto valor estruturante das sociedades e condição essencial para o desenvolvimento humano. Num contexto internacional complexo e desafiante, esta mensagem assume particular significado, convocando todos – e em especial o movimento associativo – para um compromisso ativo com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e pacífica.

Foi, sem dúvida, um momento de grande riqueza intelectual e de inspiração, que reforça a centralidade do associativismo na construção do presente e do futuro. ■





AUGUSTO FLOR
*Assessor da Direção
da CPCCRD*

PRESENTE E FUTURO – AO NOSSO ALCANCE!

Colegas Delegados
Estimados Convidados

Associativismo

Um movimento de raiz e iniciativa popular

A realização do Congresso da nossa Confederação é sempre um momento de encontro, convívio, reflexão, debate e exemplo de democracia participada do maior movimento social unitário, com ideologia própria e autónoma de qualquer outro poder. Cada Congresso é o primeiro dia de uma nova etapa onde se inscreve a história do associativismo e de Portugal.

A Confederação representa todo o associativismo de cultura, recreio e desporto por ser a única entidade que tem associadas todas as formas de associativismo e, quando defende e propõe medidas junto dos vários poderes, fá-lo para benefício das 33.000 entidades existentes em Portugal, sejam filiadas ou não. Foi assim ao longo dos seus 102 anos de vida e assim continuará.

Desafios e constrangimentos

Vivemos tempos complexos e desafiantes. Ao nível planetário, novos conflitos surgem mais rápidos do que se resolvem os anteriores. Acumulam-se e agravam-se as relações tensas entre estados, culturas e religiões. Existe o perigo de um colapso ecológico ou uma guerra nuclear.

Ao nível do nosso continente europeu, constroem-se e desconstroem-se modelos de governação e surgem sinais de conflitos regionais, de interesses divergentes e aparentemente insanáveis.

As tecnologias de informação, associadas à nano tecnologia e biotecnologia geridas por algoritmos que não pedimos nem elegemos, geram a ideia de que, enquanto humanos, mais do que meros produtores ou consumidores, somos irrelevantes e dispensáveis para o futuro do sistema.

Enquanto a riqueza produzida e a decisão política são cada vez mais apropriadas e concentradas em menos pessoas, os Povos sofrem com o desemprego, a fome, a falta de habitação, a falta de ensino, falta de saúde e, como não poderia deixar de ser, falta de acesso à fruição e produção cultural, recreativa e desportiva.

As nossas Colectividades sabem bem qual é a primeira coisa a cortar nas despesas familiares quando as crises se instalam, confirmando que muitos dos problemas do associativismo são o reflexo dos problemas da sociedade. Vale a pena perguntar se podemos gerir o associativismo em Portugal, sem termos consciência do estado da nossa comunidade, sociedade ou do Mundo.

Associativismo, pilar da democracia

Este grande movimento unitário, onde convergem pessoas, culturas, etnias, idades e géneros tão diferentes, continua a responder às necessidades essenciais das populações nos lugares, aldeias, vilas e cidades, enfrentando adversidades e encontrando imaginação e determinação para ultrapassar as dificuldades que sentem e partilham com as comunidades de que fazem parte, substituindo ou complementando o papel do Estado.

O Estado cada vez mais liberal e menos social que decide e recebe os nossos impostos, transfere para as famílias e para as entidades da economia social o que é da sua competência, ficando cada vez mais dependente das nossas instituições. Não somos nós que dependemos do Estado. É o Estado que depende de nós!

Quando estamos prestes a comemorar os 50 anos da Constituição da República de 1976, é essencial que as políticas públicas centrais, regionais e locais cumpram com as suas funções executivas no respeito pelos deveres constitucionais. É altura de perguntar o que seria a nossa sociedade sem a nossa Constituição, e o que poderia ser Portugal se a Constituição fosse, de facto, cumprida.

A Confederação e as entidades associativas

O Programa de Acção para o mandato 2026/2030 aponta caminhos e medidas que, ao serem concretizadas nos 4 Planos de Actividades do mandato, deverão dar respostas concretas aos problemas reais.

Imaginemos que até ao final do mandato que agora se inicia, o Estado português fazia cumprir a lei 20/2004 – Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário e, nos Orçamentos de Estado, disponibilizava uma verba igual aos impostos directos e indirectos pagos pelo associativismo, acrescida do valor económico do nosso trabalho voluntário. Como entidades privadas sem fins lucrativos, teríamos condições mais justas e bem diferentes para complementar o Estado onde este não chega.

Pela parte das Colectividades, associações e clubes, ou seja as entidades associativas em geral, é essencial perceber 3 questões indissociáveis e complementares entre si:

Quem somos; Qual o nosso poder; Qual a nossa capacidade de transformação social.

1ª Quem somos?

Somos um movimento que tem mais de 4 milhões de associados, organizados em causas sociais, actividades e modalidades com Estatutos e regras próprias. Desejamos que as nossas entidades vençam no desporto, primem nas artes cénica, musical e coral. Ocupem os tempos livres de crianças, jovens, adultos e idosos, mas também sejam pessoas de corpo e alma com valores e princípios de cidadania, solidariedade, equidade e intervenham para uma sociedade mais participada, mais interventiva, mais inclusiva, mais livre e mais democrática.

Devemos conhecer melhor os associados. Devemos promover a relação regular de forma a termos maior participação nas actividades associativas, nas Assembleias Gerais, Listas e actos eleitorais. Os associados são a principal variável desta equação, sem eles não haveria associativismo.

Somos mais de 425.000 Dirigentes, mas não somos os coitadinhos ou os “carolas”. Somos Dirigentes Associativos voluntários, benévolos e eleitos com responsabilidades morais, éticas, civis e criminais como



nenhum outro voluntário. Dirigimos entidades de diversas dimensões e objectivos, gerindo bens, pessoas, personalidades, tensões e realizações colectivas. Prestamos contas e somos sujeitos a sufrágio regular e rigoroso.

Gerimos o nosso tempo, a nossa vida, entre profissão, família e associativismo. Quando na vida profissional activa, estamos sujeitos a leis que não nos protegem ou não são cumpridas, correndo o risco de perder o posto de trabalho, o salário e o sustento da família.

Somos líderes comunitários com inteligência e consciência individual e colectiva, com a responsabilidade de melhorar a vida das comunidades através da cultura, recreio e desporto. Somos agentes de transformação social. Somos a segunda variável da equação, mas sem nós, o associativismo não funcionará.

Estas e outras questões estão a ser objecto de um projecto no distrito de Setúbal que em breve será disseminado a nível regional e nacional. Trata-se dos Laboratórios Sociais Associativos, onde se testam e fazem experiências associativas de forma a encontrar soluções para problemas estratégicos e crónicos como a falta de participação dos associados, falta de mulheres e jovens Dirigentes para Listas de órgãos sociais e dificuldades nas relações internas e externas.

2ª Qual o nosso poder?

Seja real ou simbólico, qualitativo ou quantitativo, o poder associativo pode e deve ser encarado como oportunidade para estreitar relações com outros poderes, afirmando a nossa autonomia, estabelecendo parcerias de igual para igual, sem dependências de qualquer tipo. Devemos substituir a competição ou a indiferença pela cooperação activa e regular.

O nosso poder emana da nossa relação interna, entre associados e familiares, e externa, entre as outras entidades associativas, as Associações Concelhias ou Federações Distritais, ou ainda com o poder autárquico, económico, ensino, religioso e comunicação social.

Se influenciarmos a vida dos nossos associados e da nossa comunidade, somos um poder e, temos o dever de consciencializar, dar perspectivas positivas e reforçar a auto-estima dos que precisam da nossa ajuda.

3ª Qual a nossa capacidade de transformação social?

Devemos ser realistas e não pensarmos que somos nós quem vai mudar o Mundo. Contudo, devemos ter confiança nas nossas forças de organizar, representar e consciencializar grandes grupos de homens e mulheres de todas as idades e grupos sociais que, tal como nós, estão disponíveis para construir uma sociedade onde haja paz, onde haja inclusão, onde haja tolerância com as diferenças, onde haja justiça, onde haja condições económicas e sociais para que todos os seres humanos sejam felizes.

Esse caminho, pode ser feito de forma casuística ou planeado a curto prazo para obtermos resultados a médio prazo. Olhemos para a Associologia, como uma nova disciplina académica que visa formar Associólogos, ou seja, pessoas que sejam especializadas em associativismo.

Este projecto, já em curso, previsto no Programa de Acção 2022/2026, iniciará os estágios de ensino profissional do ensino secundário (2026/2027), devendo evoluir para a licenciatura do ensino superior (2028/2030) com possíveis Associólogos em 2034/2035.

Aqui chegados, temos uma perspectiva de curto prazo (2026/2030) que poderá trazer ao associativismo muitos jovens e assim rejuvenescer e reforçar os nossos Dirigentes que irão dar continuidade a este grande movimento com mais de 200 anos e com a perspectiva de construirmos uma rede neuronal associativa até 2050.

Colegas Delegados

A terminar, permitam deixar três recomendações:

- 1ª. Participe e confie neste movimento associativo e nos Dirigentes Associativos.
- 2ª. Não receiem ter mais sonhos e projectos do que tempo para os realizar.
- 3ª. Mesmo que o tempo não chegue, os sonhos e projectos serão sempre necessários porque, depois de nós, outros virão. ■

Viva o Congresso da Confederação!

Viva o Movimento Associativo Popular de Cultura, Recreio e Desporto!

**RICARDO SANTOS**

*Membro do Conselho Fiscal
da CPCCRD*

SOBRE TIRAR OS OLHOS DA PONTA DOS SAPATOS

Estamos no início de um novo ciclo da nossa Confederação. Ousámos juntar numa relação de confiança intergeracional o atrevimento dos mais jovens à experiência dos mais velhos. Os sinais de rejuvenescimento ateiaram a fogueira da esperança. Um calorzinho, ainda que tímido, num mundo cada vez mais estranho e frio. Não deixa de ser curioso e paradoxal pensar que o planeta aquece e o mundo arrefece.

O quentinho, tantas vezes inaudito e reconfortante, que encontramos nas coletividades provém dos corpos dos que lá estão. daquelas mulheres e homens, iguais a tantas outras mulheres e homens, nos lugares mais recônditos do nosso país, que amassam o tempo com as mãos, numa entrega genuinamente bizarra aos olhos de uma sociedade ébria de ecrãs luminosos e solidão.

Fazer permanecer estes redutos de fraternidade e democracia é um exercício complexo e de resultado incerto. Ainda assim quando pensamos num país sem coletividades e antevemos comunidades ainda mais tristes, mais doentes, mais pobres e definitivamente mais constrangidas sabemos porque continuamos a festejar o movimento associativo. Estas pequenas vitórias, como a que resulta da eleição de novos órgãos sociais, dão-nos tempo. E o tempo, tempo bom, para nós que temos consciência da finitude da vida é um bem de incalculável valor.

Prover a Confederação, enquanto entidade agregadora do movimento associativo popular, de recursos financeiros, logísticas e humanos que lhe permitam ganhar corpo e voz é essencial. Só uma Confederação robusta será capaz de exigir as políticas nacionais que se impõem em prol da afirmação e valorização do associativismo popular. Ou melhor, em prol de um país mais saudável, mais culto e próspero.

As filiadas, e talvez ainda mais todas aquelas coletividades que não o são, têm aqui uma renovada oportunidade para tirar os olhos da ponta dos sapatos. Não olvidamos o justo receio de que é preciso olhar para o caminho para não cair. Mas isso não nos pode impedir de ver o horizonte – ainda que distante e incerto. Se não o fizermos, vamos continuar, definitiva e isoladamente, a tropeçar até à queda fatal que nos tire a vida e feche a porta.

Façamo-lo de mãos dadas. Será mais fácil. Todas as nossas associações foram criadas para juntar homens e mulheres que se reviam em causas comuns. Se a defesa do movimento associativo é agora a nossa causa comum, apliquemos o mesmo princípio. Juntemo-nos no mesmo compasso, nesse ideal associativo de que se faz o hino da nossa Confederação. Até porque, dizem, quando nos juntamos aos que ouvem a mesma música corremos o sério risco de nos apaixonarmos. E não há nada mais mobilizador do que estar apaixonado. ■

**ARTUR BOTÃO**

*Presidente da Associação
das Coletividades
do Concelho de Lisboa*

MOMENTO MUITO IMPORTANTE PARA O FUTURO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Exmo. Senhor Presidente da Mesa do Congresso

Congressistas e estimados dirigentes,

Reunimo-nos hoje num momento muito importante para o futuro do Movimento Associativo. Um momento que exige de todos nós lucidez, coragem e, acima de tudo, ação.

Os tempos que vivemos pedem novos ventos e novas ideias. É tempo de fazer diferente para obter resultados melhores. O Movimento Associativo precisa de reforçar profunda e transversalmente o impeto reformista – que vá desde a regeneração do dirigismo até à modernização das estruturas administrativas.

Temos pela frente desafios exigentes. A pressão imobiliária, particularmente em Lisboa, continuará a agravar-se, colocando muitas coletividades perante dificuldades reais no acesso a espaços, sobretudo nas zonas centrais. Esta realidade obriga-nos a repensar modelos, a procurar soluções inovadoras e a defender, com firmeza, o lugar das coletividades no tecido urbano.

Ao mesmo tempo, o acesso aos apoios públicos tornar-se-á cada vez mais competitivo e exigente. Já não basta existir – é preciso demonstrar valor, impacto e capacidade de execução. As iniciativas terão de ser mais diferenciadoras, melhor estruturadas, com um razoável nível de profissionalização. Responder a cadernos de encargos exigentes não é apenas um desafio técnico – é uma questão de sobrevivência.

Por isso, a formação contínua não é uma opção, é uma prioridade estratégica.

Precisamos de dirigentes preparados, capazes de interpretar a complexidade crescente das exigências legais, fiscais e organizativas. Precisamos de abrir horizontes, de modernizar práticas, de investir na qualificação dos nossos quadros.

A pressão fiscal e regulatória do Estado será inevitavelmente maior. As coletividades terão de se adaptar a este novo contexto com rigor, transparência e competência. Isso implica reforçar as equipas, dotando-as de capacidade real para resolver problemas, ultrapassar entraves e garantir o cumprimento de todas as obrigações.

Mas há uma dimensão que não podemos ignorar: a sustentabilidade financeira. Durante demasiado tempo, pequenas perdas foram desvalorizadas. No futuro, essas perdas poderão traduzir-se em riscos sérios para a continuidade de muitas coletividades. A gestão terá de ser mais rigorosa, mais estratégica e mais consciente.

Também as autarquias – que têm sido um dos principais motores de apoio ao Movimento Associativo – estarão sujeitas a um escrutínio crescente. Isso significará maior exigência, maior seletividade e uma avaliação mais rigorosa dos projetos apoiados.

Teremos de estar à altura dessa exigência.

Não podemos, no entanto, perder de vista aquilo que nos define: o papel insubstituível do Movimento Associativo no Estado Social. As coletividades não são apenas espaços de convívio – são agentes ativos de coesão social, cultura, desporto e cidadania. E esse impacto será, no futuro, ainda mais relevante.

O grande desafio que temos pela frente é claro: nivelar o movimento associativo, garantindo que ninguém fica para trás. Precisamos de promover uma evolução mais equilibrada, mais solidária, mais cooperativa. Crescer a diferentes ritmos fragiliza-nos; crescer juntos fortalece-nos.

Este congresso deve assumir-se como um ponto de viragem. Um momento de renovação, de compromisso e de visão. Um momento em que assumimos, sem hesitação, que o futuro exige mais de nós – e que estamos preparados para responder.

Porque o movimento associativo tem história. Tem presente. E, com as decisões certas, terá um futuro ainda mais forte. ■

**CRISTINA CARAPINHA**

Presidente da Direção do Sport Operário Marinhense

RESISTIR À DEPRESSÃO KRISTIN, TRANSFORMANDO A ADVERSIDADE NUMA OPORTUNIDADE

Começo por cumprimentar a mesa do congresso, os seus elementos, delegados e convidados.

Chamo-me Cristina Carapinha e sou Presidente do Sport Operário Marinhense, uma coletividade da Marinha Grande com 103 anos, que foi devastada pela tempestade Kristin.

Quero agradecer ao Sr. Presidente da Confederação das Coletividades, João Bernardino, que esteve connosco e com as coletividades do concelho da Marinha Grande desde o primeiro minuto, agilizando contactos com os meios de comunicação social, com a Ordem dos Advogados, com a Ordem dos Arquitetos e com outras Confederações. Agradeço também ao Sérgio Pratas

pelo apoio prestado e à ADAL, na pessoa do Sérgio, pela solidariedade.

Para terem noção, a nossa associação apresenta prejuízos na ordem de um milhão e seiscentos mil euros.

As associações já passaram por várias crises: resistiram ao fascismo, ao COVID-19 e agora vamos resistir à depressão Kristin, transformando a adversidade numa oportunidade.

Neste momento, para não privar os nossos alunos – sendo nós uma escola de ensino articulado – e os nossos atletas, que viram os pavilhões desportivos do concelho destruídos, encontramos alternativas: treinamos no concelho vizinho, damos aulas nos poucos espaços que nos restam e recorremos a um agrupamento de escolas.

Restabelecemos todas as nossas atividades em duas semanas, mesmo sem comunicações, que só foram repostas na semana passada.

Isto demonstra a nossa resiliência e a fibra de que são feitos os dirigentes associativos.

Por isso, não posso concordar que o Movimento Associativo esteja em crise. Somos, isso sim, uma verdadeira almofada social que amortece o impacto das crises nas comunidades, garantindo estabilidade onde ela falta. Somos nós que, no terreno, asseguramos respostas imediatas, que mantemos as atividades, que criamos alternativas e que devolvemos rotinas, equilíbrio e esperança. É através das associações que muitas crianças, jovens, adultos e seniores continuam a ter acesso ao desporto, à cultura e ao convívio, mesmo em contextos adversos. Mais do que resistir, o Movimento Associativo sustenta a comunidade e impede que a crise tenha consequências ainda mais profundas na vida das pessoas.

Importa ainda referir que, até ao momento, não obtivemos isenção da Segurança Social nem o apoio à manutenção dos postos de trabalho, como anunciado pelo Governo Central. Não obtivemos igualmente qualquer apoio do município.

Assim, precisamos neste momento da intervenção da Confederação junto do Poder Central.

Esta necessidade existe porque não há uma verdadeira política de serviço público.

Assim, apelamos à intervenção da Confederação junto do poder central, pois precisamos urgentemente de ajuda. É fundamental que a nossa situação seja reconhecida e que cheguem ao terreno os apoios anunciados, para que possamos continuar a cumprir a nossa missão ao serviço da comunidade.

E é neste contexto que reforço, de forma clara e sentida: as associações da zona centro da Marinha Grande precisam da Confederação. Precisam da sua voz, da sua força e da sua capacidade de intervenção junto do poder central. Precisam que não nos deixem sozinhos neste momento difícil, que levem mais longe aquilo que, no terreno, já não conseguimos fazer apenas com os nossos recursos.

Não olhem para esta realidade como um problema isolado de uma coletividade, mas como um sinal claro daquilo que pode acontecer a qualquer uma de nós. Quando uma associação falha, não é apenas uma instituição que cai – é uma comunidade inteira que perde. ■

VIVA O MOVIMENTO ASSOCIATIVO E POPULAR

AUTOR DESCONHECIDO

Intervenção do Congresso da Confederação Nacional

Caros colegas, começo por expressar o meu profundo agradecimento a toda a direcção cessante, aos órgãos sociais e aos conselheiros nacionais, mesa do congresso pelo trabalho desenvolvido ao longo deste mandato.

Foi, sem dúvida, um período exigente, marcado por dificuldades, nomeadamente ao nível financeiro. Ainda assim, a direcção soube responder com esforço, coerência e sentido de responsabilidade, assumindo os desafios e defendendo, sempre, com dignidade, os valores do Movimento Associativo Popular. A todos o meu sincero obrigada.

Quero, também, sublinhar que todos somos importantes desde a Mesa do Congresso aos Conselheiros Nacionais. É este trabalho colectivo que edifica a grandeza da nossa Confederação, da qual muito me orgulho de fazer parte.

Hoje inicia-se um novo ciclo; deste congresso sairão novos Directores, Conselheiros Nacionais e uma nova Mesa do Congresso. A todos os que irão assumir funções, desejo um mandato de trabalho, reflexão e compromisso com as dificuldades que todos iremos enfrentar.

Gostaria de deixar um apelo especial: Precisamos de trazer mais jovens e crianças para o Movimento Associativo. É um desafio exigente, contudo, essencial para o futuro.

Deixo, também, um pedido claro; que todos os que hoje tomam posse honrem, verdadeiramente, o seu mandato. Não precisamos apenas de nomes, precisamos de pessoas, homens e mulheres com dedicação, espírito de missão e vontade de trabalhar. Só assim conseguiremos alcançar os nossos objectivos. Da minha parte assumo, aqui, perante todos vós, esse compromisso. ■

Viva a nossa Confederação

Viva o trabalho colectivo

Viva o movimento associativo e popular

Lisboa, 21 de Março de 2026



MURPI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS

SAUDAÇÃO

A Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos – MURPI saúda este vosso Congresso que considera uma oportunidade para o seu reforço e prossecução e reflexão em conjunto sobre o futuro do Movimento Associativo Popular em Portugal e reafirmando o seu papel essencial que as nossas coletividades continuam a desempenhar na vida das comunidades.

À semelhança da vossa Confederação, o MURPI sabe tal como as coletividades, que as associações de reformados, pensionistas e Idosos enfrentam hoje desafios importantes: manter vivas as atividades culturais e desportivas, envolver todas as gerações, garantir recursos financeiros e valorizar o trabalho voluntário de milhares de dirigentes.

Saudamos os muitos milhares de associados e dirigentes que, de forma voluntária e dedicada, mantêm vivas as nossas tradições, o convívio, a cultura e o desporto.

Vamos encontrarmo-nos no Congresso e continuar, juntos, a contribuir para o fortalecimento do Movimento Associativo Popular, quer nas Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto como no movimento associativo de reformados, pensionistas e idosos. ■

Viva o Congresso da Confederação Portuguesa
das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto – CPCCRD

Lisboa, 21 de março de 20226

A Direção da Confederação Nacional de Reformados,
Pensionistas e Idosos - MURPI





FIXAÇÃO DA QUOTA MÍNIMA ANUAL

Aprovado no Congresso

A gestão rigorosa e responsável da CPCCRD é da maior importância para a independência e o equilíbrio financeiro da estrutura nacional do Movimento Associativo Popular. Como é do conhecimento dos órgãos sociais, estruturas e colectividades filiadas, o sistema de financiamento é um dos problemas mais sentidos por toda a comunidade associativa, sendo a quotização o principal pilar no que respeita às receitas estatutárias.

A Confederação não detém meios económicos patrimoniais próprios e uma parte das receitas dependem, de forma descontínua, da capacidade de iniciativa, traduzida em projectos, e da prestação de serviços associativos às filiadas e parceiros.

O equilíbrio entre a receita e despesa só é possível se as associadas cumprirem com a sua obrigação estatutária de pagamento da quota mínima nacional. Considerando que mais de 80% das colectividades filiadas na Confederação estão ligadas a estruturas descentralizadas, os montantes que chegam à estrutura nacional já contêm a dedução correspondente às quotas cobradas pelas estruturas distritais e concelhias.

Uma análise cuidada, aliada à experiência de mais de 20 anos de estruturação, permite-nos verificar que o actual valor da quota anual efectivamente pago à Confederação não cobre as despesas permanentes com o funcionamento regular da Confederação, bem como com a oferta de serviços especializados, provocando e agravando défices.

Assim:

Considerando a continuada depreciação do activo financeiro representado pela quota de associada efectiva.

Considerando que, por razões de funcionalidade e operacionalidade, a sustentabilidade financeira da CPCCRD deverá ser uma preocupação de todas as filiadas e estruturas descentralizadas.

Considerando que a determinação do valor mínimo da quota anual é da competência exclusiva do Congresso, sob proposta da Direcção.

A Direcção da Confederação propõe ao Congresso deliberar:

- A quota mínima anual a pagar pelas associadas efectivas seja fixada em 70,00 euros a partir do dia 1 de Maio de 2026.
- A quota mínima anual a pagar pelas associadas efectivas seja fixada em 80,00 euros a partir do dia 1 de Maio de 2028
- Que as quotas pagas pelas associadas em momento anterior àquelas datas, referentes ao respectivo ano civil, sejam de valor correspondente à data em que ocorre o pagamento.
- Recomendar à Direcção que proponha ao Conselho Nacional os mecanismos de recebimento e retribuição às instituições associativas que executem a cobrança de quotas às associadas, nos termos do artº 28º alínea c) do Regulamento Geral Interno.

Lisboa, auditório da União de Associações do Comércio e Serviços

21 de Março de 2026

A Direcção da CPCCRD